

BREVE ENSAIO SOBRE O PROCESSO DE EXPANSÃO ESCOLAR EM MATO GROSSO (1719-1946)

Laci Maria Araújo Alves

Para se analisar a questão educacional é necessário buscar, inicialmente, o contexto sócio-econômico e político no qual a educação se insere, posto que toda e qualquer ação educativa decorre das necessidades e exigências de um determinado momento histórico. Entende-se, aqui, que a educação não pode ser compreendida isolada do seu contexto histórico-social. É necessário que se analise a educação:

"como um processo social global que se insere como parte do processo global.

Importa considerar que a maioria das mudanças ocorridas no setor educacional, tanto em Mato Grosso quanto no Brasil, de um modo geral, expressaram tentativas de adequação do ensino às situações emergentes, especialmente em virtude das mudanças político-econômicas que se processaram. Nesse sentido, pretende-se analisar o processo de implantação e expansão de escolas em Mato Grosso de 1719 a 1946, considerando-se as políticas de ocupação e colonização de Mato Grosso.

O Ensino na Província de Mato Grosso (1719-1822)

No bojo do processo de apresamento de índios, muitas bandeiras partiram de São Paulo para o interior, em busca de mão-de-obra indígena. Nesse contexto ocorreu a descoberta de ouro na região central do Brasil e a fundação do arraial de Cuiabá, em 08 de abril de 1719. Com a divulgação das descobertas de ouro e diamantes, ocorreu um "í^ustí" para a região das minas e, em 1727, Cuiabá foi elevada à categoria de vila². Deve-se considerar que, devido à atividade mineradora, grande parte da população não se fixava. À medida que o ouro se esgotava numa região, a população se deslocava para outras minas, movida pelo sonho da riqueza e do poder.

"O ouro em Mato Grosso, além de aluvional, não foi suficiente para estabelecer uma sociedade marcada por sua existência mas, ao contrário, durante o período da mineração, o que se assistiu foi a um cenário de fome, pobreza e miséria.

De acordo com Virgílio Corrêa Filho⁴, a população ocupava maior parte do seu tempo na extração do ouro descuidando-se, inclusive, da produção de subsistência, o que gerava fome e inúmeras doenças. Envolvidos em questões de defesa e sobrevivência, não sobrava tempo para que os moradores das regiões mineradoras se dedicassem ao "cultivo das letras". Pode-se afirmar, por inferência, que se houve ensino na província de Mato Grosso, até a década de 1770, foi através de experiências isoladas, que não deixaram registros oficiais. Somente a partir de 1772, com a instituição do Subsídio Literário e a obrigatoriedade de criação de escolas de primeiras letras é que se percebe, através de discursos dos governantes, a proposta de criação de escolas menores em Mato Grosso. Segundo o professor Gilberto Luiz Alves:

"pode-se imaginar, no máximo, antes dessa época, a existência de raríssimos professores itinerantes, de origem lusitana, para cá deslocados nas próprias viagens dos capitães-gerais e de outras altas autoridades, quando estes demandavam da

* Professora Mestra em História da Educação - Depto História/ICHS/ CUR/UFMT. Rondonópolis-MT

1 SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação, ideologia e contra-ideologia, p. XIII.

2 PÓVOAS, Lenine. História de Mato Grosso, pp. 13-18.

3 SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et alii. O processo histórico de Mato Grosso, p. 11.

4 CORRÊA FILHO, Virgílio. Mato Grosso, p. 105.

metrópole para a capitania. Sua função seria atender aos filhos dos escassos quadros burocráticos e militares portugueses. "5

Com a instituição do Subsídio Literário, imposto voltado para atender às despesas com instrução, iniciava, oficialmente, o ensino público em Mato Grosso. Em 1790 se tem registro da presença de professores, estudantes e mestres régios em algumas festas e bailes realizados em Cuiabá. Destacam-se as presenças de mestres régios de latim, de ler, de gramática latina e de língua portuguesa⁶. Ao que tudo indica, essas aulas eram dadas em cursos isolados. Segundo Valnir Chagas, as aulas régias ministradas no Brasil, após a reforma pombalina, não obedeciam a um currículo:

*"Cada aula régia constituía uma unidade de ensino, com professor único, instalada para uma disciplina. Era autônoma e isolada, pois não se articulava com outras, nem pertencia a qualquer escola."*⁷

Nesse contexto, as aulas eram oferecidas de acordo com as necessidades da época e, ainda, conforme a disponibilidade de pessoas "habilitadas" a ministrá-las. Em 1799, por exemplo, o capitão-general da Capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, recebeu ordens para criar:

"huma cadeira de Arithmetica, Geografia e Trigonometria, onde possam formar-se e educar-se bons medidores, a fim de que não sintam a falta que ha bons contadores e bons medidores, e que as medidas das sesmarias se façam com a necessária exação (...).

Essas aulas deveriam atender à necessidade de pessoal qualificado para a medição de terras, uma vez que, devido ao processo de ocupação de Mato Grosso, havia muitos problemas advindos das questões de demarcação de fronteiras e limites de terras.

Ainda em 1799:

"o Senado da Câmara de Cuiabá recebia ordens para que se enviassem 'sete estudantes para a Europa, a fim de se instruírem nas artes e ciências úteis a esta capitania' para cada um dos quais foi arbitrada a pensão mensal de dez mil réis.

Percebe-se que a criação de aulas régias ficava à mercê da disponibilidade de pessoal. Vários engenheiros ministraram aulas, de caráter prático, dadas as necessidades de formação de novos engenheiros para trabalharem nas construções de grandes obras e de fortificações militares. Segundo o professor Gilberto Luiz Alves:

*"A sala de aula era o próprio 'quartel' do diretor de obras, onde se encontrava sua 'meza para riscar', ao redor da qual o 'professor' deveria desenvolver suas preleções de caráter teórico, e onde os estudantes esmeravam-se nos exercícios de desenho ou de 'riscar', conforme expressão da época."*¹⁰

Desta forma:

"os alunos formavam-se em plena selva, no canteiro da obra, ao lado da prancheta, 'postilando' e estudando os livros de Euclides, de Aritmética, de Geografia, etc. e ouvindo as aulas dos engenheiros.

Através dessas citações pode-se ter uma visão do que foram muitas das aulas régias em Mato Grosso.

5 ALVES, Gilberto Luiz. Educação e História em Mato Grosso, 1719-1864, p. 42.

6 Idem, pp. 39-40. Ver também: MARCÍLIO, Humberto. História do ensino em Mato Grosso, pp. 25-26; MOURA, Carlos Francisco. O ensino em Mato Grosso no século XVIII, p. 146.

7 CHAGAS, Valnir. O ensino de 1º e 2º graus, p. 9.

8 MARCÍLIO, Humberto. Ob. cit., pp. 26-27.

9 CORRÊA FILHO, Virgílio. Mato Grosso, p. 287. Ver também: SIQUEIRA, Elizabeth Madureira, Cronologia da educação em Mato Grosso (manuscritos) que relata o nome dos estudantes agraciados com as bolsas de estudos: João Fedro de Moraes Batista, Antônio Gomes de Oliveira, José Leite Pereira, Manuel Filipe de Araújo, Manuel Ribeiro da Silva, Joaquim Antônio Ribeiro e Francisco José da Costa Ribeiro.

10 ALVES, Gilberto Luiz. Ob. cit., p. 79.

11 MOURA, Carlos Francisco. Ob. cit., p. 150.

Ainda no período colonial, por volta de 1808, houve a tentativa de se criar uma aula de anatomia em Vila Bela, então capital administrativa de Mato Grosso, e uma aula de cirurgia em Cuiabá. Ao que tudo indica, essas aulas seriam os primeiros passos para um curso de medicina em Mato Grosso. Contudo, apesar do governo de Mato Grosso dispor de condições financeiras, advindas do Subsídio Literário, estas não foram instaladas. Deve-se considerar que, em decorrência da vinda da família real para o Brasil, a criação dessas aulas poderia desempenhar papel de atração de pessoas para a região, considerando-se a necessidade de garantia de posse das regiões fronteiriças.

De um modo geral, o ensino em Mato Grosso era oferecido em escolas de "ler e escrever" e esparsas aulas régias, de nível secundário, sendo as de Gramática Latina as únicas oferecidas com certa regularidade. Destacam-se, nesse período, as aulas de filosofia racional e moral, ministradas em Cuiabá pelo Pe. José Manuel de Siqueira:

*"indubitavelmente o mais fascinante personagem da educação mato-grossense nessa fase influenciada pelo iluminismo."*¹²

Considerando-se a precariedade da Província de Mato Grosso e a carência de professores e mestres qualificados, a figura do Pe. José Manuel de Siqueira representou um avanço no ensino mato-grossense. Era historiador, botânico e formado em filosofia, além de sócio-correspondente da Academia Real de Ciências em Lisboa, e deixava transparecer em suas atividades o gosto pelo progresso e pela ciência. Além do Pe. Siqueira, destacaram-se, no ensino, alguns engenheiros e médicos. Contudo, não se percebe nenhum esforço, por parte do governo de Mato Grosso, no sentido de organizar a instrução; as preocupações eram voltadas para a segurança, através das construções de fortes militares. Por outro lado, segundo o professor Gilberto Luiz Alves:

*"nenhuma força social, das que constituíam o quadro social mato-grossense, teve motivos suficientes para lutar pela expansão dos serviços de instrução pública."*¹³

De acordo com o historiador Carlos Rosa¹⁴, grande parte da população de Cuiabá era composta por proprietários de fazendas de gado, senhores de plantações e engenhos de cana. Estes permaneciam nas fazendas, de abril a novembro, e somente de dezembro a março, vinham para a cidade onde podiam "satisfazer suas necessidades sociais" e tratar dos negócios e da política. Pode-se dizer que os filhos dos donos de fazendas e dos agregados recebiam instrução nas próprias fazendas. Isso justifica, inclusive, a falta de mobilização em prol do ensino público em Mato Grosso.

Instrução em Mato Grosso Durante o Império

Por ocasião da independência do Brasil, Mato Grosso contava ainda com um precário número de escolas de "primeiras letras" (em Cuiabá, Diamantino, Poconé e Vila Bela), aulas de Gramática Latina (em Cuiabá e Vila Bela) e algumas escolas particulares. Não se têm registros de aulas em outros arraiais ou povoados do interior do Estado, naquele período. Somente no final da década de 1820, se percebe a criação de escolas primárias nas cidades de Cáceres, Poconé, Sanfana da Chapada, Rosário Oeste e Santo Antônio do Rio Abaixo (Santo Antônio do Leverger).

Através do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, o Governo Central conferiu às Assembléias (Legislativas Provinciais) a faculdade de legislar sobre o ensino e criarem escolas de ensino primário onde fosse necessário.¹⁵

12 ALVES, Gilberto Luiz. Ob. cit., p. 67.

13 Ibidem, p. 53.

14 ROSA, Carlos. O processo de independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana, p. 23.

15 CORRÊA PILHO, Virgílio. Ob. cit., p. 288 e SANTOS, Maria Luiza Ribeiro, História da educação no Brasil, p. 47.

No bojo desse processo de expansão de escolas foram criados: o cargo de Inspetor de estudos e o primeiro regulamento para a instrução pública em Mato Grosso (05/05/1837).¹⁶ Foram feitas várias tentativas no sentido de se organizar o ensino: criação de novas escolas primárias, introdução de concurso para admissão de professores, obrigatoriedade do ensino e até mesmo a criação de uma escola normal que não chegou a ser implantada.

Nesse período, foram criados liceus provinciais e escolas normais em várias regiões do Brasil.¹⁷ Segundo Maria Luiza Santos Ribeiro, os liceus, na prática, não passaram de reunião de aulas avulsas, num mesmo prédio. Nesse sentido, tentou-se a criação de um Liceu em Cuiabá que somente iniciou suas atividades em 1880. De concreto, o que se evidenciou foi a criação do Seminário da Conceição, de iniciativa particular, e das cadeiras de Gramática e Língua Latina, Francês, Retórica e Eloquência Sagrada, Filosofia Racional e Moral, Teologia Dogmática, História Eclesiástica e Instituições Canônicas, Liturgia e Canto Gregoriano.¹⁸ Essas aulas seriam especialmente destinadas:

*"ao ensino dos que se dedicassem à vida religiosa, e de onde sahiram ordenados de presbyteros diversos alumnos, além dos que ahi beberam a instrução, que mais tarde foram diffundir em escolas particulares. "*¹⁹

Desta forma, o ensino secundário seria ministrado pela iniciativa privada enquanto que o governo administraria apenas o ensino primário. Apesar de ser uma orientação geral para o Brasil, que o ensino secundário fosse administrado pelo Governo Central, não se percebe, em Mato Grosso, qualquer movimento organizado pela implantação do ensino secundário público. Tentou-se a criação do Liceu Cuiabano, em 1848, e só houve a concretização da proposta, em 1880. Nesse aspecto, o professor Gilberto Luiz Alves ressalta uma das características da política mato-grossense: a de:

*"dar existência legal ao que se manteria inexistente de fato. "*²⁰

No caso do Liceu Cuiabano, oficialmente criado em 1848, teve sua existência legal consolidada em 1850 e, deste período até 1880, ou seja, por 30 anos, não foi implantado de fato.

Ao que parece, a preocupação maior dos governantes em Mato Grosso, no que se refere ao ensino, se baseava mais na criação de regulamentos da instrução pública do que na aplicação dos mesmos. O primeiro, criado através da lei nº 03, de 05 de maio de 1837, preconizava a criação de escolas primárias em todos os lugares que contassem mais de vinte crianças em idade escolar e instituiu a obrigatoriedade do ensino. Isso representava um paradoxo, pois as escolas eram poucas, em péssimas condições, e a maioria não funcionava regularmente. Em 1854 novo regulamento foi criado, nos moldes do anterior e com proposta de exames de seleção para ingresso na carreira do magistério. Um aspecto a se considerar é que, nesse período, adotava-se o Sistema Lancasteriano, no qual os "melhores" alunos auxiliavam o professor na regência das aulas. Se por um lado, isso colocou em questão a qualidade do ensino, por outro, contribuiu para expansão do mesmo em Mato Grosso:

"Do ponto de vista quantitativo, a partir daí, o governo da Província pode alardear alguns ganhos. Entre 1854 e 1863 praticamente duplicaram as matrículas nas escolas públicas: de 417 saltaram para 818.

16 MARCÍLIO, Humberto. Ob. cit., p. 39.

17 RIBEIRO, Maria Luiza Santos. Ob. cit., pp. 47-48.

18 CORRÊA FILHO, Virgílio. Ob. cit., p. 288.

19 Ibidem, p. 288.

20 ALVES, Gilberto Luiz. Ob. cit., p. 102.

21 Idem, p. 104.

Segundo o professor Gilberto Luiz Alves, nessa época, a expansão do ensino mato-grossense foi marcada pela influência de duas correntes: a religiosa e a nativista. Esta primeira, decorrente da presença de ordens religiosas em Mato Grosso e que, pouco a pouco, assumiram grande parte da instrução primária e secundária. A segunda, principalmente após o movimento de RUSGA²², com a presença de um número considerável de professores mulatos ligados ao movimento nativista.

Nas últimas décadas do século XIX, Mato Grosso passou por várias mudanças, em decorrência das transformações econômicas que se processavam na Europa e que repercutiam também no Brasil. De forma mais concreta, destaca-se a participação de Mato Grosso na Guerra do Paraguai (1864-1870), guerra esta decorrente do desenvolvimento do capitalismo competitivo na Inglaterra. Essa participação de Mato Grosso provocou perdas consideráveis, tanto em relação ao número de mortos quanto ao surto de varíola que assolou o Estado de Mato Grosso. Segundo Humberto Marcílio, em decorrência do surto de varíola, o Seminário da Conceição fora transformado em "enfermaria militar", deixando de oferecer aulas naquele período.²³ Outros estabelecimentos de ensino também foram fechados devido ao elevado número de alunos atingidos por tal epidemia.

Por outro lado, a participação na Guerra do Paraguai possibilitou a inserção de Mato Grosso no contexto capitalista de produção.

"Após o término do conflito franqueou-se a navegação pelo Rio Paraguai, de forma a interligar o Estuário do Rio da Prata com as, até então, longínquas regiões mato-grossense e amazônica.

Nesse quadro, Mato Grosso passou a ter acesso a novas rotas comerciais e até mesmo ao comércio internacional:

"Com a entrada maciça de mercadorias inglesas em seus portos fluviais, Mato Grosso começou a experimentar também o luxo e o consumo ostensivo, aprendendo, inclusive, por meio desses indicadores, o significado do progresso capitalista."³⁵

Internamente, surgiu a necessidade de se criarem portos e estradas de ferro no sentido de assegurar as novas condições econômicas do Estado. Iniciava-se um processo de modernização que se apresentou, de forma mais explícita, nos anos dez do século XX.

No aspecto educacional foi aprovado, em 1872, outro regulamento para a instrução pública que apresentava como inovação, o ensino noturno. Segundo o regulamento, este curso havia sido criado para atender ao funcionalismo público: o operário, o artista e outros, e deveria ser ministrado a partir do trabalho gratuito de alguns professores "nomeados" pelo governo. No discurso do presidente da Província de Mato Grosso, o ensino era visto como uma "missão" e não como uma responsabilidade do Estado:

"Sei que é um sacrifício para V.S.^a tomar a si a regência da cadeira que lhe é designada, mas eu lhe peço esse sacrifício em nome da mocidade, que caminha para o futuro, em nome do porvir desta terra, que entre os nomes dos seus beneméritos

22 PÓVOAS, Lenine C. Ob. cit., p. 38 - "A RUSGA foi um movimento nativista que explodiu em Cuiabá, com ramificações em outros pontos do Estado, na noite de 30 para 31 de maio de 1834. Centenas de populares, agindo sob a inspiração de Antônio Luiz Patrício da Silva Manso, exterminaram dezenas de portugueses, saqueando-lhes as casas". Segundo Alcir LENHARO, 'Crise e mudança na frente Oeste de colonização', p. 75, "as rusgas explodiram em Cuiabá e Diamantino, num momento em que a produção de diamantes decaía perigosamente, agravando a correlação das trocas comerciais entre a Província e as outras partes do país."

23 MARCÍLIO, Humberto. Ob. cit., p. 71.

24 SIQUEIRA, Elizabeth et alii. Ob. cit., p. 64.

25 ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a História - 1870-1929. p. 10.

contemplará o de V.S.^a, que vae assim contribuir para a elevação dela na escola que Deus lhe houver apontado.

O presidente da província estabeleceu também que o Estado assumiria apenas o ensino primário na província, uma vez que, segundo ele, não havia presença efetiva de alunos na escola de segundo grau. Num momento em que eram divulgadas as idéias do liberalismo e do cientificismo, como pilares do esforço para elevar o Brasil ao nível do século²⁷, em Mato Grosso o ensino continuava sendo ministrado em escolas primárias isoladas. Por outro lado, o regulamento de 1872, no artigo 15, preconizava o ensino livre, ou seja, o ensino particular, a qualquer pessoa que se propusesse a exercê-lo, desde que mantivesse o respeito à moralidade, à ordem pública, à higiene e à inspeção do Estado. Em outras palavras, o Estado, ao assumir apenas o ensino primário, relegou às instituições privadas o ensino secundário.

Um ano após a aprovação deste regulamento, várias modificações se fizeram necessárias; daí a aprovação do regulamento orgânico da instrução pública, em 1873. A proposta era ampliar as matérias do ensino e impor maiores exigências em relação à gramática de língua nacional e conhecimentos sobre o Brasil. De acordo com Humberto Marcílio, o presidente José Miranda da Silva Reis ficara estarrecido com a falta de preparo de professores e de alunos nas escolas da capital:

*"Comentando, ante os deputados, o que se passava então, na Província, declara haver assistido, no ensino de doutrina cristã, crianças a repetir as orações da cartilha, incluindo entre elas as notas explicativas dos editores."*²⁸

Diante dessa realidade e incentivado pelo Inspetor Geral dos Estudos, Ernesto Camilo Barreto, o presidente de Mato Grosso aprovou a criação da primeira escola normal da Província, em 1875. Essa escola, porém, teve o mesmo percurso de tantas outras do gênero, criadas em diversas regiões do Brasil, naquela época:

"Nas Províncias, ora se criavam cadeiras de Pedagogia anexas aos liceus, ora se improvisavam escolas ditas normais que em seguida eram extintas, mais tarde reabertas, depois reextintas e novamente reabertas, numa interminável sucessão de avanços e recuos muito próprios daqueles dias."

Inaugurada, em prédio próprio, em 1875, contou com 33 alunos no 1º ano. Com apenas 4 anos de funcionamento, a escola normal foi incorporada ao ensino secundário oferecido pelo Liceu Cuiabano, o tão sonhado "Lyceu de Línguas e Ciências", criado em 13/12/1879. Com esta composição, o governo de Mato Grosso assumiu parte do ensino secundário; daí a necessidade de outro regulamento.

Aprovava-se, então, em 1880, o 5º regulamento da instrução pública em Mato Grosso, que apresentava, como inovadora, a proposta de regularizar e oficializar os exames preparatórios realizados no Liceu Cuiabano e estender a validade dos mesmos por todo o Império. Contudo, o curso normal continuava integrado ao Curso de Línguas e Ciências e, por isso mesmo, perdeu muitas de suas características. Num quadro em que os salários dos professores não apresentava grandes atrativos, abriu-se, oficialmente, espaço para o trabalho das mulheres na área do magistério:

*"em igualdade de condição, será dada preferência à mulher para exercer o magistério, instigando-a, assim, a tomar parte nas lides intelectuais, para o que dispõe dos mesmos recursos que os homens, e de pendor natural, como educador por experiência."*³⁰

26 CARDOSO JÚNIOR, Francisco José. Mensagem do Presidente da Província de Mato Grosso à Assembléia, 1872.

27 RIBEIRO, Maria Luiza Santos. Ob. cit., p. 61.

28 MARCÍLIO, Humberto. Ob. cit., p. 83.

29 CHAGAS, Valmir. Ob. cit., p. 23.

30 GUSMÃO, General Rufino Eneias Gustavo, Barão de Maracaju. Mensagem à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, 1880.

No entanto, a participação da mulher, de forma efetiva, não suprimiu os problemas mais sérios, posto que a formação do professor acompanhava a mesma diretriz do curso de Línguas e Ciências. Por isso, em 1881, o diretor da instrução pública, o Dr. Dornevil Malhado, alertava para a necessidade de se criar:

*"uma escola prática de metodologia para os professores que não tenham conhecimento dessa matéria, louvando-se no que preceitua o regimento do Liceu, que determina se ministre aos alunos daquele estabelecimento, matriculados no seu curso normal pelo menos uma dessas aulas práticas por semana."*³¹

Somente em 1889 se teve, em Mato Grosso, um regulamento que priorizou a questão pedagógica do ensino. Nessa época Mato Grosso se inseria, gradativamente, na economia mundial, através de projetos de exploração das riquezas naturais mato-grossenses, instalação de empresas nacionais e multinacionais no Estado, implementação e construção de estradas, intensificação do comércio, especialmente através das rotas fluviais. No bojo desse processo, assumiu a diretoria da instrução pública o Dr. Antônio Herculano de Souza Bandeira, antigo diretor de instrução pública no Rio de Janeiro e especializado em assuntos de educação. O Dr. Souza Bandeira propôs nova reformulação no ensino, com ênfase na formação de professores. Para tanto, foi criado o Externato Feminino, com o objetivo de formar professores para atuarem no magistério primário. Segundo o diretor Souza Bandeira:

"de modo modesto e desprezioso (...) pretendo fundar uma escola especial, onde as jovens mato-grossenses possam ampliar a esfera dos seus conhecimentos, com as lições dos melhores mestres da Província e, ao mesmo passo, se habilitarem para o magistério das escolas públicas."

Ao mesmo tempo, o diretor da instrução pública reorganizou os programas do curso de Línguas e Ciências, oferecido pelo Liceu Cuiabano, adaptando-o ao padrão do Colégio Pedro II - modelo de ensino secundário no Brasil. Era a tentativa de adequar a educação oferecida em Mato Grosso aos padrões do ensino da capital do país. Criou um Conselho Superior de instrução pública que deveria se organizar em três comissões: uma pedagógica, uma disciplinar e uma administrativa. Como proposta de descentralização, também foram criados os cargos de reitor do Liceu Cuiabano e diretor do Externato Feminino.

Desta forma, a educação em Mato Grosso, em meados de 1889, apresentava uma estrutura mais coerente, voltada para questões pedagógicas e para a descentralização do ensino.

Dos Grupos Escolares ao Departamento de Educação e Cultura

Uma das questões que emperrou o avanço da educação em Mato Grosso foi, sem dúvida, a interferência de forças políticas no cenário educacional. Segundo o professor Lenine Póvoas, tão logo foi proclamada a república no Brasil, um movimento de líderes republicanos aclamou o Marechal Antônio Maria Coelho como Presidente da Província, devido à participação do mesmo na retomada de Corumbá, em 1867, quando do conflito com paraguaios.³³

Um dos primeiros atos do novo governo foi a supressão das medidas do diretor Souza Bandeira. Suprimiu as diretorias do Liceu Cuiabano e do Externato Feminino e

31 MARCÍLIO, Humberto. Ob. cit., p. 95.

32 Idem, p. 103.

33 PÓVOAS, Lenine C. Ob. cit., p. 72.

restabeleceu a estrutura anterior, que concentrava todo o poder na diretoria da instrução pública. Segundo Virgílio Corrêa Filho:

"o governo ditatório de Antônio Maria Coelho mutilou o monumento educacional erigido por Souza Bandeira.

Durante o período de implantação da república ocorreram, em Mato Grosso, vários conflitos entre os grupos republicanos e as oligarquias que até então se revezavam no poder. Em decorrência disso, seguiu-se um período de instabilidade que repercutiu diretamente no ensino. Em 1892 foram suspensas as aulas do Liceu Cuiabano, houve redução no pessoal da diretoria da instrução pública, alegando-se dificuldades financeiras e baixo número de matrículas no Liceu Cuiabano. Na mensagem do presidente Antônio Corrêa da Costa, em 1895, evidenciam-se perdas no ensino:

"A decadência do nosso ensino primário chegou a ponto de verificar-se pelos exames ultimamente procedidos que, dos quarenta e quatro alunos julgados pro- vectos, apenas dezessete foram preparados nas dez escolas públicas que mantém o governo nessa capital."

Contudo, ao ressaltar os problemas do ensino, o presidente, numa visão machista, apontava que a preferência dada às mulheres, no magistério, teria gerado desconfiança dos pais em relação ao professorado público. Por conseqüência, os pais teriam preferido colocar os seus filhos em escolas particulares. Com esse argumento o presidente propôs o regulamento de 1896, no qual instituiu o ensino primário em escolas elementares e complementares, estas últimas de caráter "livre" e com o oferecimento de aulas de "costura" às meninas. Quanto ao ensino secundário, seria ministrado pelo Liceu Cuiabano, com a denominação de "Curso de Humanidades" e deveria preparar os alunos para desempenharem qualquer profissão, inclusive a do magistério público.

Em 1903, devido à promulgação de lei n° 317, de 02 de abril de 1902, se teve nova reorganização do ensino. O Liceu Cuiabano voltou a ser equiparado ao Colégio Pedro II. O currículo passou a ser composto por 17 disciplinas, ministradas em seis anos e, ao final do curso, o aluno deveria passar por um exame de Madureza que conferiria aos concluintes o título de bacharel em Ciências e Letras.

De um modo geral, a virada do século XIX para o século XX marcou também a passagem para o capitalismo financeiro.

*"Em Mato Grosso, o capital financeiro manifestou-se por duas vertentes. A primeira delas utilizou como canal a própria Casa Comercial, quando esta se erigiu em representante de bancos nacionais e estrangeiros (...). A segunda vertente (...) corporificou-se em empresas de produção e de transporte (...), eliminando a medição da Casa Comercial. (Essa manifestação) começou por intensificar o processo de concentração da propriedade fundiária e da produção em Mato Grosso."*³⁵

Nesse período o Brasil passou por um amplo processo de modernização³⁶, com a construção de ferrovias, estaleiros, reorganização do Banco do Brasil, melhorias no capital, etc., impulsionados pela dominação do capital financeiro sobre o capital em geral.

Além da construção de estradas e, especialmente, estradas de ferro, outro fator preponderante na modernização do Brasil era a alfabetização da população. Nesse contexto, o Brasil acelerou sua corrida rumo às nações mais desenvolvidas, através de projetos que enfatizavam a educação como um dos pilares fundamentais para o progresso. Nesse sentido, em 1910, foi organizada uma reforma no ensino mato-

34 CORRÊA FILHO, Virgílio. Anuário do Ministério da Educação, p. 178.

35 ALVES. Gilberto Luiz. Mato Grosso e História pp. 39-43.

36 Segundo Marshal Berman, *Tudo o que é sólido desmancha no ar*, p. 16, "modernização deve ser entendida como um "contínuo processo de vir a ser, no qual ocorrem grandes descobertas nas ciências físicas, industrialização da produção, rápido crescimento urbano, sistemas de comunicação de massa, enfim, Estados Nacionais cada vez mais poderosos, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão."

grossense com vistas à expansão do ensino primário, formação de quadros para o magistério e serviços em geral. Propunha-se o ajustamento do ensino ao processo de modernização do Estado, através da formação dos "cidadãos" mato-grossenses.

Para tanto, o presidente de Mato Grosso, Pedro Celestino, contratou professores paulistas especializados que deveriam traçar novas diretrizes para o ensino público. Criou-se, então, um novo regulamento, que apresentava dois aspectos inovadores: a criação de grupos escolares e a Escola Normal. Segundo Virgílio Corrêa Filho:

*"com a Escola Normal, se teve o advento da mulher no magistério, ultimando a evolução que, de longa data, se vinha operando lentamente."*³⁷

Outros aspectos interessantes foram: a utilização de textos norte-americanos no "treinamento" dos professores lotados nos grupos escolares³⁸ e a importação de móveis norte-americanos a serem utilizados nas escolas.³⁹

Nessa época, a maioria dos intelectuais brasileiros foi influenciada pela crença de que, multiplicando o número de escolas, se atingiria o progresso almejado. No entanto, em Mato Grosso, algumas dificuldades eram colocadas, no processo de abertura de escolas. Um dos obstáculos foi a exigência de abaixo-assinados que deveriam passar pela decisão do juiz de paz local. Esse procedimento revela o caráter de controle no oferecimento do ensino e a tendência a beneficiar a ação de lideranças políticas locais, ou seja, a política do favor e do clientelismo, muito marcantes no Estado de Mato Grosso. Mesmo assim, percebe-se uma considerável expansão das escolas isoladas, de ensino primário. Entre 1889 e 1913 houve a criação de 91 escolas; de 32 escolas, em 1889, elevou o número para 123, em 1913. Continuavam em funcionamento 5 grupos escolares, 2 cursos de ensino secundário, 1 curso normal (dirigido especialmente para as mulheres) e 1 curso profissionalizante ministrado na Escola de Aprendizes e Artífices. Este último era destinado à formação dos "moços mato-grossenses", com o objetivo de torná-los "operários inteligentes e hábeis para a vida prática".⁴⁰

Portanto, nesse período em foco, a educação voltada para a aquisição do conhecimento, das "sciencias", ficou restrito ao Lyceu Cuiabano, às elites de Mato Grosso enquanto que o ensino profissional era voltado para as classes menos abastadas - alguns alunos eram educados para "dirigir" e outros para "serem dirigidos". O ensino profissional se pautava em dois pontos: preparar o professor para atender à expansão do ensino (com baixíssimos salários) e formar mão-de-obra "especializada" para suprir as necessidades do Estado, ambos no bojo do processo de "modernização" de Mato Grosso e de sua inserção no contexto nacional.

Durante toda a década de vinte, o Brasil passou por um clima de efervescência intelectual e de agitações sociais, decorrentes das transformações pelas quais passava o país e da conseqüente luta pela recomposição do poder político, ainda nas mãos das oligarquias rurais.⁴¹ Foi um período de reajustamentos em vários aspectos da composição social brasileira.

Nesse período, várias mudanças ocorreram ao nível mundial: aguçamento do antagonismo entre a burguesia e o proletariado; ascensão das camadas médias; reivindicações operárias através de greves; aceleração no processo de industrialização e urbanização; início da emancipação feminina; deslocamento do poder hegemônico da Europa para os Estados Unidos; surgimento dos regimes totalitários, a Revolução Russa, dentre outros.

No Brasil ocorreram vários movimentos que refletiam as transformações em curso, ao mesmo tempo que apontavam para novas mudanças: reformas educacionais;

37 CORRÊA FILHO, Virgílio. Anuário do Ministério da Educação, p. 186.

38 RODRIGUES, Maria Benício. A reforma mato-grossense de 1910, p. 104.

39 MARQUES, Joaquim A. C. Mensagem do Presidente da Província à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, 1912.

40 ALBUQUERQUE, Caetano Manoel Faria. Mensagem à Assembléia Legislativa, 1916.

41 PEIXOTO, Ana Maria C. Educação no Brasil nos anos vinte, p. 14.

conferências nacionais sobre o ensino; movimento do Centenário da Independência; Semana da Arte Moderna; movimentos Tenentistas; fundação do Partido Comunista, etc. Todas essas mobilizações demonstravam o processo de transição pelo qual passava a sociedade, em seus diversos segmentos. A medida que as relações capitalistas avançavam, outros parâmetros eram impostos à sociedade, no sentido de enquadrá-la às novas relações econômico-financeiras. Tudo isso favoreceu o despertar da consciência nacional, sacudindo o torpor da sonolência colonial histórica⁴³; daí a eclosão desses movimentos.

Com o intuito de organizar uma ação conjunta na difusão do ensino, foi realizada, em 1921, a Iª Conferência Nacional do Ensino Primário. A partir daí, várias reformas foram implantadas em diversos estados brasileiros. Os educadores buscavam, além da expansão do ensino, uma nova diretriz, pautada nos moldes da Escola Nova, devido à influência do pensamento de educadores europeus e norte-americanos. Por isso, a A.B.E. - Associação Brasileira de Educadores - fundada em 1924, assumiu o papel de congregar os educadores de diferentes estados, com a finalidade de traçar um perfil para o ensino brasileiro. Vários congressos e conferências foram realizados, até 1930, e serviram de base para a implantação do movimento renovador do ensino e para a elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932.

Em Mato Grosso foi realizada uma reforma no ensino, em 1927, que tinha como objetivo tornar o ensino mais conducente ao "progresso" de Mato Grosso. Contudo, essa reforma teve um caráter diferente das realizadas em outros estados brasileiros.⁴³ Foi criada uma comissão para organizá-la, com a participação do diretor da instrução pública, o Dr. Cesário Alves Corrêa, o bacharel Jayme Joaquim de Carvalho e os professores Isaac Póvoas, Júlio Strubing Müller, Philogônio Corrêa, Franklin Cassiano da Silva, Rubens de Carvalho, Fernando Leite Campos, Nilo Póvoas e Alcindo Carvalho. Segundo o presidente de Mato Grosso, Mário Corrêa da Costa, em sua mensagem, de 1927:

"essa comissão, que deu cabal desempenho à sua missão, elaborou e ofereceu ao meu governo os respectivos projetos que foram convertidos, com algumas modificações por mim feitas, nos decretos regulamentares n° 742, para a Escola Normal e n° 759, para a instrução pública."

Enquanto Francisco Campos, Fernando de Azevedo e vários outros educadores tentavam introduzir princípios de uma nova escola, voltada para atender às necessidades emergentes, com novos padrões pedagógicos, em Mato Grosso tentava-se a reorganização administrativa do aparelho escolar, basicamente, a difusão do ensino primário e a formação de professores no Estado. Nos discursos, a comissão defendia a difusão de um ensino de qualidade através da formação de profissionais competentes e de acordo com a realidade do Estado:

*"O de que carecemos, por enquanto, é que nossas escolas existentes sejam efetivamente escolas e que o ensino nellas ministrado seja mais eficiente do que só ser."*⁴⁴

Mato Grosso, em 1926, contava com uma área de 1.378.783 Kms², com uma população de 250.000 habitantes, com mais ou menos 150 escolas e escasso sistema de estradas e comunicação. Pelos discursos, as poucas escolas, na sua grande maioria achavam-se em péssimas condições, quase abandonadas.⁴⁵ O Estado não dispunha de

42 BRUM, Argemiro J. O desenvolvimento econômico brasileiro, p. 63.

43 As principais reformas que ocorreram no Brasil, nesse período, foram: em 1922, no Ceará, por Lourenço Filho, e no Distrito Federal, por Carneiro Leão; em 1925, por José Augusto, no Rio Grande do Norte; em 1927, no Paraná, por Lysimaco da Costa, e em Minas Gerais, por Francisco Campos; em 1928, em Pernambuco, por Carneiro Leão, no Distrito Federal, por Fernando de Azevedo, e na Bahia, por Anísio Teixeira.

44 PÓVOAS, Nilo. O ensino público em Mato Grosso, p. 13.

45 Idem, p. 8.

materiais pedagógicos; não havia fiscalização nem orientação aos professores. Pelos relatórios constata-se que a maioria das escolas não possuía prédio próprio, funcionavam em casas alugadas⁴⁶, sem condições higiênicas e pedagógicas e muito afastadas umas das outras devido à baixa densidade demográfica. Além disso, o Estado possuía poucos professores habilitados, sendo que a maioria sabia apenas ler e escrever e enfrentava uma série de obstáculos, conforme relatórios de diretores e inspetores escolares.⁴⁷ Esses problemas se agravam mais ainda em relação ao ensino rural, pois o professor, ao chegar à escola, encontrava, na maioria das vezes, apenas um rancho, péssimas condições de trabalho e ainda corria o risco de ficar na completa dependência do líder político da região.⁴⁸ Por isso, o professor Philogônio Corrêa destacava, nos subsídios para o 8º Congresso Brasileiro de Educação, em Goiânia, que, devido a essas dificuldades, os resultados do ensino rural em Mato Grosso eram completamente nulos.

Outro tema amplamente divulgado no Estado e que gerou acirradas discussões foi a questão da obrigatoriedade escolar, uma vez que o Estado não tinha condições de fiscalizar todas as escolas e nem obrigar os alunos a frequentá-las. Segundo o professor Nilo Póvoas, o problema maior não era, em si, a presença obrigatória do aluno na escola, mas a eficiência do aparelho escolar fiscalizador para que se garantisse um ensino de melhor qualidade. Para ele era necessário a extinção de um grande número de escolas que, ao invés de cumprir seu papel no processo de alfabetização, funcionavam como verdadeiras sinecuras arranjadas pelos chefetes políticos para premiarem seus protegidos. Segundo os governantes, urgia, naquele momento, não apenas exigir dos pais a escolarização dos seus filhos, mas:

*"afastar os professores que vivem escarrapachados nas cadeiras do magistério público do interior."*⁴⁹

Importa também analisar a visão dos educadores do Estado no que se refere à alfabetização do povo mato-grossense. Pelos jornais da época percebe-se que, apesar da distância e das dificuldades de comunicação de Mato Grosso com os outros estados, os educadores tinham clareza da necessidade de alfabetização em todo o território nacional. No entanto, as mudanças propostas e efetivadas no ensino foram mais de caráter administrativo do que pedagógico, ao contrário de outras regiões brasileiras. O professor Rubens de Carvalho destacava a necessidade de organização e aperfeiçoamento dos aparelhos de combate ao analfabetismo⁵⁰, a exemplo de outros países, mas percebia as dificuldades de organizá-los em Mato Grosso.

De acordo com artigos de jornais da década de vinte, o analfabetismo era visto como uma cegueira muitas vezes voluntária e outras, filha da incúria, da inércia e do cretinismo.⁵¹ Percebia-se a necessidade de alfabetizar para obter personalidades úteis⁵² através do auxílio do governo. Salientava-se também que a alfabetização, mesmo sendo "a causa mater" de muitos males sociais, não ocorreria de uma só vez. Destacava, ainda, que a disseminação de escolas públicas em Mato Grosso continuaria, por um longo período, um problema sério, difícil de se solucionar⁵³, devido à carência de recursos humanos e financeiros do Estado, à falta de pessoal, de prédios; à ineficácia da fiscalização, entre outros fatores, o que concorria para o descrédito da instrução pública.

46 Importa ressaltar que essas casas eram residenciais, apenas adaptadas para o funcionamento de escolas; daí a falta das condições necessárias para um eficaz desempenho escolar.

47 Segundo o inspetor escolar Bernardo de Souza: "por estas razões a instrução pública estadual em Ponta Porã não pode deixar de ser uma blague, ou melhor, não há instrução pública nesta terra (...)", *Jornal O Progresso*, n° 167, Ponta Porã, 1923, p. 1.

48 CORRÊA, Philogônio. Relatório, 1942, p. 5.

49 CORRÊA, Major José Estevão. Relatório, 1916, p. 10.

50 *Jornal A. Cruz*, n° 723, 1926, Cuiabá - MT, p. 1.

51 *Idem*, n° 765, 1927, p. 2.

52 *Jornal A Tribuna*, n° 473, Corumbá, 1925, p. 1.

53 *Idem*, p. 11.

Em relação ao ensino secundário, funcionavam em Mato Grosso, até a década de vinte, o Liceu Cuiabano, a Escola Normal e o Liceu de Artes e Ofícios São Gonçalo. Em virtude da reforma nacional de 1925, várias instituições secundárias foram inauguradas, sendo que em Mato Grosso foi criado um Ginásio Municipal na cidade de Campo Grande que, segundo nota do Jornal Tribuna, oferecia boa educação moral e cívica, ensino eficiente e disciplina racional; além de um curso comercial anexo, para a formação de "guarda-livros"⁵⁴. Em Corumbá também foi implantado um curso comercial que visava a formação de bons trabalhadores para atuarem na vida comercial e bancária de Mato Grosso e que possibilitaria a muitos moços e moças melhores condições de vida⁵⁵. Percebe-se que, ao mesmo tempo que se reorganizava o ensino propedêutico, tentava-se expandir o ensino profissional, com o objetivo de atender, tanto às elites quanto ao povo em geral, num período de profundas transformações sociais.

Em relação ao Ensino Normal, poucas inovações foram introduzidas na década de vinte. Algumas mudanças se assemelhavam às aplicadas ao ensino secundário: dispensa de escola primária para ingresso; matrícula mediante exames a qualquer série e a inspiração positivista do currículo.⁵⁶ Apesar dos discursos sobre a importância do Curso Normal, na prática, este recebia o mesmo tratamento dado aos demais cursos. Por volta de 1930 havia dois cursos normais no Estado: um em Cuiabá e outro em Campo Grande. Este último, segundo o presidente do Estado, não recebera, durante todo o ano, nenhuma visita do Inspetor Geral, apenas dos Inspetores Distritais.⁵⁷ Percebe-se, assim, o descaso com o ensino Normal e a incoerência entre a prática e o discurso. Enquanto o presidente da República reafirmava que a condição primordial para o progresso do ensino era a colaboração sincera e efetiva do professorado⁵⁸, em Mato Grosso, segundo o professor Gervásio Leite, os professores eram mal remunerados, sem carreira, o que provocava perda do estímulo, de habilidade e das qualidades positivas que tinham.⁵⁹ Preocupava-se com a extinção do analfabetismo, mas não se ofereciam as condições necessárias para que os professores pudessem desenvolver suas atividades, ou seja, o discurso se perdia em meio às limitações do cotidiano.

Pelo regulamento de 1927, o ensino continuou sendo leigo e obrigatório e passou a ser também gratuito, como forma de se garantir a alfabetização de todos. A gratuidade visava sanar as dificuldades encontradas para o cumprimento da obrigatoriedade escolar, instituída pela Resolução nº 779, de 1918. Segundo Virgílio Corrêa Filho, apesar de assumir, então, cerca de 680 contos de réis, a instrução se limitava apenas a uma minoria da população.⁶⁰ As escolas foram divididas em isoladas, rurais, noturnas, reunidas e grupos escolares e, na tentativa de se uniformizar o ensino no Estado, todas as escolas deveriam adotar os mesmos conteúdos, com variações apenas na duração dos cursos. As disciplinas básicas eram: Leitura, Escrita, as quatro operações, noções de História da Pátria, Geografia do Brasil e Mato Grosso e noções de Higiene.⁶¹ Nas escolas rurais o curso primário era ministrado em 2 anos e nas demais, em 3 anos, com o acréscimo de algumas disciplinas, não apontadas no Regulamento. Um dos pontos principais era a criação de grupos escolares que, reunindo um maior número de alunos, facilitaria o controle pedagógico e a aquisição de recursos e materiais didáticos. No entanto, o que se verificou foi que, de 1911 a 1927, foram instalados apenas 11 grupos escolares em todo o Estado de Mato Grosso.⁶² A maioria dos alunos continuava estudando em escolas isoladas, com as mesmas carências de antes.

54 Jornal Tribuna, nº 5952, Corumbá-MT, 1927, p. 2.

55 Jornal A Cruz, nº 717, Cuiabá-MT, 1926, p. 2.

56 CHAGAS, Valnir. Ob. cit., p. 34.

57 TOLEDO, Dr. Anibal. Mensagem, 1930, p. 46.

58 SOUZA, Washington Luiz P. Mensagem, Diário Oficial, nº 103, 04/05/1928, p. 11.373.

59 LEITE, Gervásio. Um século de instrução pública, p. 140.

60 CORRÊA FILHO, Virgílio. Ob. cit., p. 190.

61 REGULAMENTO da instrução pública primária de Mato Grosso, 1927, p. 164.

62 Segundo Mensagem do Presidente Annibal Toledo, 1930, os grupos localizavam-se em: 2 na capital e 1 em cada um dos municípios: Rosário Oeste, Poconé, Cáceres, Corumbá, Campo Grande, Aquidauana, Miranda, Três Lagoas e Ponta Porã.

Os programas de ensino continuaram a ser desenvolvidos com o método intuitivo e prático⁶³ e passou-se a utilizar o método analítico no ensino da leitura, o que provocou transtornos, devido à falta de preparo de alguns professores.

Em 1930, Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil, não como delegado da revolução, mas sim como representante das camadas dominantes, até então alijadas do poder. A suposta revolução de 30 apenas ocultou o percurso das camadas sociais em conflito⁶⁴ e trouxe, em seu seio, a idéia de um Brasil novo, de unidade nacional. Essa idéia ressoou também em Mato Grosso, pois, através dos discursos dos governantes, se ressaltava a crença na transição para uma nova ordem⁶⁵, no advento de uma nova corrente vencedora, de idéias e princípios democráticos, para satisfazer os anseios do povo brasileiro.⁶⁶

Nessa época contava o Estado de Mato Grosso com 11 grupos escolares, 4 escolas reunidas e 175 escolas isoladas (32 urbanas, 130 rurais e 13 ambulantes). Segundo o Dr. Annibal Toledo, o ensino ministrado nas escolas rurais era ineficiente e os gastos, inúteis.⁶⁷

Havia 4 escolas equiparadas ao Colégio Pedro II: o Lyceu Cuiabano, um ginásio municipal em Campo Grande e outro em Corumbá e o Instituto Osvaldo Cruz, em Campo Grande. Ao assumir o Ministério da Educação, Francisco Campos solicitou aos interventores federais a relação dos inspetores das escolas equiparadas.⁶⁸ Para se ter noção da ineficiência da fiscalização escolar em Mato Grosso, o Diretor da Instrução Pública não possuía nenhuma informação sobre o Ginásio Municipal de Corumbá, mesmo estando este em pleno funcionamento.⁶⁹

Funcionavam, também, dois cursos Normais: um em Cuiabá e outro em Campo Grande. Por solicitação dos alunos do curso Normal de Cuiabá, o Interventor assinou o Decreto n° 02/1930, através do qual os alunos poderiam ser promovidos à série seguinte, automaticamente, sem necessidade de exames finais, desde que tivessem frequentado mais da metade das aulas de cada cadeira e obtido a média mínima estipulada.⁷⁰

Com os Interventores Federais o poder dos coronéis mato-grossenses começou a sofrer seus primeiros grandes abalos.⁷¹ Isso ocorreu devido à política de demonstração de força do poder central sobre o poder local. As elites, agora no poder, tentavam desarticular toda a máquina oligárquica e, em Mato Grosso, essa medida afetou diretamente os usineiros do norte do Estado e a economia mato-grossense. Em relação ao ensino, o período de intervenções deixou grandes lacunas, pois a preocupação maior era o controle sócio-político e a instauração de um governo forte e não a educação do povo.

No bojo das mudanças propostas por Getúlio Vargas, foi criado o Ministério de Educação e Saúde Pública, em 1930, e entregue a Francisco Campos. Para organizar o ensino, foi realizada a IV Conferência Nacional de Educação, que teve como representante por Mato Grosso o historiador Virgílio Corrêa Filho.⁷² Ao final dessa conferência, um grupo de educadores elegeu Fernando de Azevedo para consubstanciar, num manifesto, os novos rumos para a educação no Brasil. Esse documento ficou conhecido como o Manifesto dos Pioneiros da Educação e tinha como proposta a criação de uma

63 O professor Júlio Viégas, diretor do grupo escolar de Cáceres, destacava em seu Relatório que "apesar de não estar ainda esse povo habituado ao método intuitivo, isto é o ensino de diversas disciplinas, passando do concreto para o abstrato, para o composto e para o complexo, do imediato para o mediato e finalmente do conhecido para o desconhecido, já se vai ele habituando com o ensino moderno".

64 DE DECCA, Edgar. O silêncio dos vencidos, p. 75.

65 GAZETA OFFICIAL, n° 6.220, 25/10/1930, p. 1.

66 Idem, n° 6.230, 22/11/1930, p. 1.

67 TOLEDO, Dr. Annibal. Mensagem, 1930, p. 42.

68 CAMPOS, Francisco. Telegrama ao Interventor Federal em MT, 18/12/1930.

69 SILVA, Franklin Cassiano. Ofício n° 6, 20/01/1931.

70 Gazeta Official, n° 6.232, Cuiabá - MT, 27/11/1930, p. 1.

71 CORRÊA, Valmir Batista. Ob. cit., p. 148.

72 CORRÊA FILHO, Virgílio. Recordações inéditas, p. 86.

escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Primava também pela defesa da descentralização escolar, pelo ensino ativo, pela utilização de novos métodos e novos programas, enfim, pela implantação de uma escola baseada na atividade e na produção.

Enquanto os pioneiros da educação preconizavam uma obra metódica e coordenada para todo o país, em Mato Grosso grande parte das poucas escolas que funcionavam, achavam-se quase que abandonadas. De um lado, o discurso dos pioneiros pela defesa dos ideais burgueses e atendimento às necessidades emergentes do capitalismo, e de outro, a impossibilidade de concretização das propostas em Mato Grosso.

Em 1937, com a instalação do Novo Estado, permaneceu no governo de Mato Grosso o Sr. Júlio Müller, eleito no processo sucessório e colocado como Interventor do Estado até 1945, período em que seu irmão, capitão Filinto Müller ocupava o cargo de chefe da Polícia do Distrito Federal. Isto favoreceu à política de renovação do Estado, através da construção das chamadas obras oficiais, em Mato Grosso.

Em todo o país a campanha contra o analfabetismo fôra implementada através de divulgação na imprensa e no rádio: através de cartazes, folhetos e até mesmo na distribuição da novela "Quero aprender a ler", distribuída aos milhares a toda população.⁷³ A 13 de maio de 1937 foi realizada a Campanha da "Segunda Abolição", através da qual, em um só dia, foram criadas 1248 escolas em todo o país⁷⁴; dentre estas, 10 foram criadas em Mato Grosso. Usava-se o argumento de que se "libertaria" o povo brasileiro através da educação e da instrução. Importa ressaltar que essa segunda "abolição" e "liberdade" através da educação eram bem aceitas pela população que se via oprimida de várias formas. Assim, aceitava-se a proposta da Campanha pela alfabetização como melhor caminho, sem se questionar as condições nas quais esse discurso era produzido. Para Getúlio Vargas, o volume de iletrados constituía obstáculo ponderável ao desenvolvimento das atividades produtivas; daí a necessidade de se alfabetizar para "libertar" o país dos males causados pelo analfabetismo.

Em Mato Grosso, a educação era colocada como uma das preocupações máximas e constantes⁷⁵ do governo. Contudo, o que se verificava, na prática, era o predomínio de escolas isoladas, criticadas desde as primeiras décadas da República como ineficientes. Destacavam-se apenas os grupos escolares e as escolas reunidas urbanas, nas quais se aplicavam métodos mais modernos, os prédios apresentavam melhores condições e o quadro de professores era mais qualificado.

Em 1937, através do Decreto n° 112, Júlio Müller incorporou novamente a Escola Normal Pedro Celestino ao Liceu Cuiabano⁷⁶, introduzindo apenas um curso complementar especializado para o magistério primário⁷⁷, sob a alegação de que o número de normalistas diplomadas era suficiente para atender às escolas do Estado. Este argumento era incompatível com a realidade escolar de Mato Grosso, pois um dos maiores problemas destacados pelos Presidentes do Estado era justamente o despreparo dos professores e das pessoas responsáveis pela fiscalização do ensino.

Outra incoerência nos Considerandos do Decreto n° 112 era a necessidade de se extinguir o Curso Normal para se criar escolas profissionais e, em especial, um curso de guarda-livros, pois, para ministrar qualquer curso, primeiro dever-se-ia ter o embasamento teórico e pedagógico, adquirido nos cursos Normais. De uma forma ou de outra, durante o período interventorial ficou extinta a Escola Normal. Os professores

73 AMBRUST, Dr. Gustavo. Comunicado do Serviço de Imprensa da Cruzada Nacional de Educação, Gazeta Oficial, 22/12/1937, p. 1.

74 Secretaria da C.N.E. - Escolas Creadas e inauguradas no dia 13 de maio de 1937, Arq. Público - MT. Lata 1937.

75 MÜLLER, Júlio. Relatório, 1939-1940, p. 7.

76 MARCÍLIO, Humberto. Ob. cit., p. 197.

77 MÜLLER, Júlio. Ob. cit., p. 8. Segundo o professor Lourenço Filho, no Boletim n° 22 do INEP, 1942, p. 13: "O curso especializado para o professor primário, tem a duração de um ano, e compreende o ensino das seguintes disciplinas: Didática, Prática de Ensino, História da Educação, Escritação Escolar, Psicologia Geral e Educacional, Pedagogia, Biologia aplicada à educação, Higiene da criança e Higiene escolar, domiciliar, rural e Trabalhos manuais."

passaram a receber habilitação para o magistério em cursos oferecidos de forma precária, deixando grandes lacunas na formação dos docentes mato-grossenses. Apesar de ter desagradado à maioria dos educadores, a extinção do Curso Normal foi aceita sem maiores questionamentos, devido ao regime ditatorial em vigor. Contudo, o silêncio dos educadores, nesse período, não significava ausência de informação e consciência política, mas sim predomínio da política do silenciamento⁷⁸, ou seja, naquela conjuntura, era melhor não falar.

Um aspecto a se considerar foi o retrocesso verificado no aparelho fiscalizador do ensino em Mato Grosso. Buscava-se, desde o Regulamento de 1927, a reorganização administrativa e a nomeação de pessoas com formação pedagógica para os cargos de fiscais e inspetores. Com Júlio Müller retrocedeu-se ao Regulamento de 1910, permitindo-se a prática do clientelismo e da política de favores. Através do Decreto nº 262, de 29 de março de 1939, foi conferida também aos Prefeitos municipais e aos Promotores da Justiça a atribuição de fiscalizar e inspecionar os estabelecimentos escolares do Estado, quer da rede pública como da privada.

Fato curioso foi a criação de 14 escolas regimentais, em apenas um ano, com o fim de ministrar a instrução primária aos adultos que serviam incorporados nas fileiras do Exército Nacional e da Força Policial do Estado.⁷⁹ Buscava-se, assim, alfabetizar os soldados para "melhor" defenderem a Pátria. Nestas escolas o ensino apresentava-se como instrumento do Estado, uma vez que os professores exerciam suas funções debaixo da vigilância dos respectivos comandos.⁸⁰ Nas demais escolas, além dos inspetores normais, foram introduzidas autoridades policiais para auxiliarem na fiscalização do ensino. Aos poucos, a proposta escolanovista naufragava nas ondas do nacionalismo e da imposição ditatorial da política varguista.

A economia mato-grossense, nesse período, apresentava-se em toda a sua pujança ao Brasil e ao mundo, como atrativo para a ocupação desta região brasileira, através de uma vasta campanha na imprensa local e nacional. Foi organizado um suplemento com fotogravuras, no aniversário do governo Júlio Müller, através do qual Mato Grosso era apresentado como um dos mais ricos e promissores Estados do Brasil. Isso fazia parte da política de Vargas de:

*"ocupar os vastos espaços despovoados, ampliar nossas fronteiras econômicas (...) e unificar o mercado interno."*⁸¹

Ainda no sentido de ocupar o interior do Brasil, implementou-se a política de abertura de rodovias e criação de escolas. Mesmo admitindo a pouca eficiência das escolas rurais e todas as dificuldades enfrentadas para a melhoria das mesmas, em Mato Grosso, Júlio Müller decretou, em 1941:

*"a criação de 100 (cem) escolas rurais em Mato Grosso, em homenagem á data natalícia do Excelentíssimo Presidente da República."*⁸²

Isso representou um dos maiores paradoxos do processo educativo e sinônimo do descaso dado ao ensino mato-grossense. A educação era vista como "moeda corrente", pois, segundo o Interventor, a criação dessas escolas expressava:

"a imorredoura gratidão pelos serviços que (o Presidente da República) vem prestando a esta unidade da Federação."

78 ORLANDI, Eni P. As formas do silêncio no movimento dos sentidos, pp. 23-24.

79 MÜLLER, Júlio. Relatório 1941-1942, p. 17.

80 Idem, p. 19.

81 VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil, p. 163.

82 Decreto nº 53 de 18/04/1941, Gazeta Oficial, nº 8.564, p. 1.

83 Idem.

Desta forma, a criação das escolas parecia simbolizar o pagamento pelos serviços recebidos do Governo Federal. O ensino rural que antes era utilizado pelo nepotismo dos chefes políticos⁸⁴, agora passava a ser usado como instrumento político-ideológico.

Mato Grosso, nos anos 40, apresentava um quadro promissor, pois, além das riquezas extrativas e agropecuárias, recebeu maiores incentivos à produção agrícola em virtude da Campanha "Marcha para o Oeste". Idealizada por Getúlio Vargas, foi levada à prática pelo Decreto nº 3059, que enfatizava a formação de colônias agrícolas federais no sul de Mato Grosso. Essa Campanha provocou um verdadeiro "rush", a partir de 1941, no rumo das terras agrícolas de Mato Grosso.⁸⁵ Nesse período, ocorreu um aumento significativo na população e intensificou-se a oferta de escolarização aos colonos, pois, nesse processo, a escola era pensada como fonte de atração do colono para a área e como fixadora do homem ao campo.⁸⁶

Os discursos desse período eram permeados pela idéia de um só pensamento e uma só realidade, de uma sociedade sem lutas de classes, enfim, de unidade nacional. Nesse quadro, a educação, o saneamento e os transportes eram fatores de primordial importância no processo de ocupação dos espaços despovoados e na manutenção do sentimento de unidade e de integridade do país. Além disso, algumas medidas adotadas pelo governo contribuíram decisivamente para a colonização da região central do Brasil: a criação da Divisão de Terras e Colonização, em 1938, responsável pela implantação de Ceres (GO) e Dourados (MS); a Expedição Roncador-Xingu, em 1943, e a criação da Fundação Brasil Central, em 1943.

A escola, nesse período, era utilizada como um dos instrumentos para a manutenção da unidade política do país, uma vez que, através dela, difundia-se a mesma língua, os mesmos costumes e valores voltados para o sentimento nacionalista. Este último, segundo os discursos, de fundamental importância na luta pela construção da nação brasileira. Por outro lado, com a escolarização promover-se-ia o crescimento da produção nacional, pois, segundo Getúlio Vargas, o alto índice de analfabetos representava um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento das atividades produtivas. Acreditava-se que, através do ensino, seria possível transformar a miséria em riqueza e, assim, livrar o país da dependência externa.

Como parte do projeto de alfabetização do governo Vargas, foram instaladas várias escolas noturnas em todo o país, inclusive em Mato Grosso. O objetivo fundamental ao implantar a educação de adultos era o de aumentar o número de eleitores e fortalecer os novos grupos no poder. Foram organizadas campanhas em prol da educação de adultos e adolescentes, tendo em vista a recuperação dos analfabetos que viviam à margem da vida nacional.

De forma concreta verificava-se pelos Relatórios de Diretores de Instrução Pública de Mato Grosso a frequência de operários e trabalhadores domésticos, domiciliados alguns a mais de 9 quilômetros da escola noturna de Cuiabá. Vários trabalhadores da zona rural se deslocavam até a escola impulsionados pela possibilidade de obterem melhores condições de vida. Além da escola noturna "Pedro Gardês", funcionavam mais duas escolas noturnas no Estado: a escola "21 de setembro", em Corumbá, e a "26 de agosto", em Campo Grande, o que demonstrava o aumento do número de trabalhadores e o próprio crescimento destas cidades.

No processo de interiorização e colonização uma das medidas adotadas foi o fortalecimento de escolas primárias rurais e aprendizado agrícola e, ainda, de cursos rápidos, de caráter prático, para crianças e adultos. A escola era utilizada como atrativo para os colonos; uma forma de garantir a posse efetiva dos sertões. Entretanto, em Mato Grosso, vários fatores impediam que essa medida se concretizasse, desde a falta

84 MENDES, Francisco F. Relatório, 1942. p. 1.

85 MARTINS, Demosthenes. História de Mato Grosso, p. 179.

86 PRETI, Orestes. A escola no campo: uma agência humana, p. 26.

de professores qualificados, de inspeção escolar e médica e de material didático, até o protecionismo por parte da direção de muitos estabelecimentos primários.

De uma forma ou de outra, a escola continuava sendo um estímulo para os colonos que adentravam o Oeste brasileiro em busca de riquezas e de uma vida mais digna. Concomitantemente reforçava-se a Campanha "Marcha para o Oeste", no sentido de que todos se sentissem iguais, marchando juntos e, conduzidos por um único chefe, realizassem a conquista dos sertões do interior do Brasil e se sentissem responsáveis pelo desbravamento das terras conquistadas.⁸⁷ Através do Departamento de Imprensa e Propaganda divulgava-se a doação de colônias agrícolas, incitando, principalmente os menos favorecidos, a participarem da "Marcha para o Oeste". Segundo depoimentos colhidos por Ivany C. Neiva:

"lá no rádio era noite e dia falando daquela propaganda, falando da colônia agrícola e tal, que quem não fosse para lá era preguiçoso.

Nesse quadro, o rádio era utilizado como poderoso instrumento educativo, voltado para a transformação da mentalidade e dos hábitos dos brasileiros. Ouvindo os apelos do Governo, eram levados por sentimentos de patriotismo ufanista a embrenharem-se nos sertões com o sonho de conseguirem um pedaço de chão no qual, junto com suas famílias, pudessem ter conforto, educação e higiene.

Paulatinamente Mato Grosso se inseria na economia nacional como local promissor e rico em atividades econômicas e, principalmente, como pólo de atração de empresas de grande porte e famílias de baixo poder aquisitivo. De forma contraditória, os paus-de-arara, repletos de famílias com sonhos de riqueza, adentravam o sertão ao lado de possantes empresas ávidas de lucros.

Em fins da década de 1940 ocorreu um considerável crescimento demográfico em Mato Grosso, em decorrência do efetivo interesse pelos seus campos, suas matas, suas riquezas, enfim. Aos poucos as fronteiras econômicas do Estado se alargavam em direção às fronteiras políticas, devido à andeja corrente humana que migrava, de um local para outro em busca de garimpos e de um "pedaço de terra" nas colônias criadas.

Com o fim do Estado Novo e do período de Interventorias, foi criado, em 1946, em Cuiabá, o Departamento de Educação e Cultura em substituição à Diretoria da Instrução Pública. Entretanto, continuava em vigor o regulamento de 1927, que somente foi revogado em 1952, com a criação da lei Orgânica do Ensino Primário.

Verifica-se, assim, que a escola, em Mato Grosso, foi utilizada para sustentar as camadas dominantes no poder, elevar o número de alfabetizados, disciplinar uma massa de desocupados para o desenvolvimento de atividades produtivas e manter a ordem pública. No entanto, apesar das deficiências verificadas no ensino, a expansão escolar teve seu papel no processo de modernização e colonização de Mato Grosso, no período de 1910 a 1946.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Caetano Manoel Paria. **Mensagem à Assembléia. Legislativa, de Mato Grosso, 1916.**

ALVES, Gilberto Luiz. **Educação e História em Mato Grosso: (1719-1864).** Campo Grande, Editora da UFMS, 1984.

. **Mato Grosso e a História: 1870-1929.** Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, USP, nº 61, 1984/1985.

87 LENHARO, Alcir. Colonização e trabalho no Brasil, p. 14.

88 NEIVA, Ivany C. Apud: Nicozina M. C. Gontijo. O brilho e a miséria: a exploração de diamantes em Poxoréo, p. 44.

- ALVES, Laci Maria Araújo. **O processo de expansão escolar em Mato Grosso: uma abordagem histórica.** Dissertação de Mestrado, 1994.
- AMBRUST, Gustavo. **Comunicado do Serviço de Imprensa da Cruzada Nacional de Educação.** Lata 1937, Arquivo Público de Mato Grosso, 22/12/1937.
- BERMAN, Marshal. **Tudo o que é sólido desmancha no ar.** São Paulo, Ed. Schwarcz, 1993.
- BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** 10ª ed., São Paulo, Ed. Vozes, 1991.
- CAMPOS, Francisco. **Telegrama ao Interventor Federal em Mato Grosso.** Lata 1931, Arquivo Público de Mato Grosso.
- CARDOSO JÚNIOR, Francisco José. **Mensagem do Presidente da Província de Mato Grosso à Assembléia Legislativa, 1872.**
- CHAGAS, Valnir. **O ensino de 1º e 2º graus: antes, agora e depois?** São Paulo, Ed. Saraiva, 1984.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. **Mato Grosso.** Rio de Janeiro, Co- editora Brasília, 1939.
- . **Recordações inéditas.** Rio de Janeiro, 1987.
- . **Sobre o ensino em Mato Grosso.** In: *Anuário Estatístico de Educação.* Rio de Janeiro, 1932.
- CORRÊA, Major José. **Relatório da instrução pública do estado de Mato Grosso.** Cuiabá, 1916.
- CORRÊA, Prof. Philogônio. **Subsídios para o 8º Congresso de Educação.** In: MENDES, Francisco A. F., *Relatório,* Cuiabá, 1942.
- CORRÊA, Valmir. **História regional.** (Texto mimeografado).
- DE DECCA, Edgar. **O silêncio dos vencidos.** São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988.
- GONTIJO, Nicozina M. C., **O brilho e a miséria: a exploração de diamantes em Po-xoréo (1930-1940).** Brasília, Dissertação de Mestrado, 1988.
- GUSMÃO, General Rufino Eneias Gustavo. **Mensagem à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, 1880.**
- JORNAL "**A Cruz**", nº 717. Cuiabá - MT, 1926, p. 02.
- JORNAL "**Tribuna**", nº 5952. Corumbá - MT, 1926, p. 02.
- JORNAL "**Gazeta Oficial**", nº 6.220. Cuiabá - MT, 25/10/1930, p. 01.
- . nº 6.230. Cuiabá - MT, 22/11/1930, p. 01.
- LEITE, Gervásio. **Um século de instrução pública.** Goiânia, Ed. Rio Bonito, 1970.
- LENHARO, Alcir. **Crise e mudança na frente Oeste de colonização.** Ensaios 1. Cuiabá, Ed. da UFMT, 1982.
- . **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste.** Campinas, Ed. da UNICAMP, 1986.
- MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso.** Cuiabá - MT, Secretaria de Educação, Saúde e Cultura, 1963.
- MARTINS, Demóstenes. **História de Mato Grosso.** Cuiabá, 1945.

- MARQUES, Joaquim Augusto. **Mensagem à Assembléia Legislativa em Mato Grosso, 1912.**
- MENDES, Francisco A. F., **Relatório da Diretoria de Instrução Pública.** Cuiabá - MT, 1931.
- MOURA, Carlos Francisco. **O ensino em Mato Grosso no século XVIII e início do século XIX.** Separata da Revista Convergência, p. 150.
- MÜLLER, Júlio. **Belatório 1939-1940.** Cuiabá - MT, 1940.
. Decreto n° 53 de 18/04/1941. Cuiabá - MT, 1941.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura.** São Paulo, Cortez Ed., 1988.
- PEIXOTO, Anamaria Casassanta. **Educação no Brasil nos anos Vinte.** São Paulo, Ed. Loyola, 1983.
- PÓVOAS, Lenine. **História de Mato Grosso.** Cuiabá - MT, Resenha Tributária, 1985.
- POVOAS, Nilo. **O ensino público em Mato Grosso.** Cuiabá - MT, Escolas Profissionais Salesianas, 1926.
- PRETI, Oresti. **À escola no campo: uma agência urbana.** *Revista Universidade*, Ano I, n° 3. Cuiabá - MT, Ed. da UFMT, 1981.
- REGULAMENTO da Instrução Pública de Mato Grosso.** Cuiabá - MT, 1910.
- REGULAMENTO da Instrução Pública de Mato Grosso.** Cuiabá - MT, 1927.
- RIBEIRO, Maria Luiza dos Santos. **História da educação brasileira.** São Paulo, Cortez Editora, 1988.
- RODRIGUES, Maria Benício. **Educação escolar como mediação na relação Estado-povo: a reforma mato-grossense de 1910.** São Paulo, PUC, Dissertação de Mestrado, 1988.
- ROSA, Carlos. **O processo de independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana.** Cuiabá - MT.
- SILVA, Franklin Cassiano. **Relatório apresentado ao diretor de instrução pública.** Cuiabá - MT, 1931.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et alii. **O processo histórico de Mato Grosso.** 2ª ed. Cuiabá - MT, Ed. Guaicurus, 1990.
- SOUZA, Washington Luiz P., **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional.** Diário Oficial, n° 103, 1928.
- TOLEDO, Dr. Annibal. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Mato Grosso.** Cuiabá - MT, 1930.
- VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil.** Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, Vol. V e VIII, 1938.